

## **Estudo, catalogação e análise de Obras raras da Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPEL, datadas até 1840**

Aline Herbstrith Batista

### **Resumo**

O presente trabalho trata de um diagnóstico sobre o estado de conservação das obras raras da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, datadas até 1840, onde mostra o que realmente são obras raras e se os cuidados para a conservação estão sendo adequados. Trata também de um apanhado histórico das obras raras no Brasil a diferenciação conceitual entre obra antiga e obra rara e sobre os critérios usados para a qualificação de obras raras utilizado pela Biblioteca Nacional, além de abordar a preservação e conservação de acervos bibliográficos, trazendo as diferenças conceituais entre preservação, conservação e restauração, e uma discussão dos resultados obtidos durante a realização do trabalho e da organização da sala de obras raras, resultados esses relacionados à idade do acervo e grau de conservação, entre outros. Abrange também a questão da preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural.

**Palavras-chave:** Obras raras, preservação de acervos, patrimônio cultural.

### **Introdução**

Este trabalho foi estudo realizado na Biblioteca “Professor José Júlio de Albuquerque Barros”, a Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Apresentado a linha de pesquisa “Preservação de bens móveis e/ou imóveis” da Especialização em Patrimônio cultural: conservação de artefatos da UFPEL. Teve por objetivo principal a organização da sala de Obras Raras, onde existiam livros antigos, em desuso, misturados com obras dos séculos XVIII e XIX, onde muitas destas são consideradas raras, devido a sua data de publicação ou até mesmo outras peculiaridades, e também conforme critérios estabelecidos pela Biblioteca Nacional, que são apresentados no decorrer do texto.

Inicialmente a proposta foi de avaliar as obras raras, já que a sala onde estavam as obras era chamada de “Sala de Obras Raras”. Após alguns dias de pesquisa no acervo pude perceber que, analisando os critérios de qualificação de obras raras da Biblioteca Nacional e de outras bibliotecas universitárias, nem todas as obras que estavam ali poderiam ser consideradas raras pela grande maioria dos critérios; elas seriam raras somente pelo critério de obras publicadas antes de 1900, onde todas as estudadas são anteriores a essa data. Conversando com professores do curso pude concluir que essas obras são raras ou valiosas para o curso de Direito da UFPEL devido a sua importância histórica para o curso, já que são obras doadas para que a biblioteca da Faculdade pudesse funcionar.

Nesta sala existiam mais de 2000 obras, mas devido ao pouco tempo para a realização deste trabalho, optei por catalogar as obras datadas até 1840. Foi realizada uma análise minuciosa, obra por obra, para que as anteriores a 1840 fossem retiradas de junto das demais. Após essa separação foi realizada uma limpeza nesse material, e foram colocados juntos em uma estante separada dos demais, totalizando 151 obras. Todas foram fotografadas, catalogadas, fichadas e analisadas quanto ao estado de conservação, com especificações das principais deteriorações encontradas, para que se possa criar futuramente uma proposta de preservação desse acervo. Proposta essa que deverá abranger estratégias e metodologias, a fim de que se possa conservar e preservar esse importante patrimônio da universidade e da comunidade pelotense.

Faz-se necessário possuir certos conhecimentos para distinguir obras “antigas” de obras “raras”, as quais serão especificamente estudadas no decorrer do texto. Raro significa “que é pouco freqüente, incomum, invulgar, extraordinário”, portanto, uma obra rara seria qualquer publicação incomum, difícil de encontrar, e com um valor maior do que os livros disponíveis no mercado.

Um livro não é valioso porque é antigo e, provavelmente, raro. Existem milhões de livros antigos que nada valem porque não interessam a ninguém. Toda biblioteca pública está cheia de livros antigos, que, se fossem postos à venda, não valeriam mais que o seu peso como papel velho. O valor de um livro nada tem a ver com a sua idade. A procura é que torna um livro valioso. O que o torna procurado é ser desejado por muita gente, e o que o faz desejado é um conjunto de fatores, de particularidades inerentes a cada obra. (MORAES, 1998, p.64)

É de grande importância este estudo de livros como patrimônio cultural, pois as instituições de guarda desses materiais, como as bibliotecas, os arquivos e os museus, têm em comum a responsabilidade na preservação destes acervos, já que a cultura é um processo contínuo de transmissão de valores e crenças, de saberes e maneiras que caracterizam uma comunidade.

“Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade” (Le Goff, 2003, p.110). Para o autor, a importância dos documentos está diretamente ligada a sua influência no contexto cultural e social, pois a sociedade ao mesmo tempo em que necessita dos documentos para salvaguardar sua história, também valida e decreta a importância de tais documentos, tornando assim um dualismo onde o valor é diretamente imposto pela sociedade, e do qual a sociedade também necessita.

### **Obras raras: conceituação e trajetória no Brasil**

Na hora de classificar uma obra rara o bibliotecário deve levar em conta principalmente os aspectos históricos, culturais e patrimoniais.

“A idéia de patrimônio apresenta-se como uma evidência, pois assim como todo indivíduo viveria mal sem memória, também uma coletividade precisa de uma representação constante do seu passado.” (JEUDY, 1990, p.6) O patrimônio celebrado pela coletividade é a memória objetivada, a história em objetos, não só intelectivos, mas também sensíveis, pois a sociedade necessita do palpável como objeto de acesso ao cognoscível.

Os livros, sejam eles antigos ou raros, são considerados documentos representativos da memória de um país, onde deve ser considerado como patrimônio histórico e cultural, um patrimônio literário e intelectual da região, representativo da memória regional, nacional e mundial.

Existem muitas divergências quanto à definição de raridade bibliográfica e guarda de livros raros, principalmente entre bibliotecários e colecionadores. Ambos reconhecem o valor histórico de uma obra antiga, mas os colecionadores não se baseiam na antiguidade da obra para sua caracterização, já os bibliotecários e as bibliotecas referem-se à data como um dos principais critérios de raridade, acrescido de outros critérios de raridade utilizados por outras bibliotecas.

O uso de critérios de avaliação para distinção de obras raras das demais leva em conta o fato de as mesmas merecerem um tratamento diferenciado, devido à dificuldade na obtenção dos exemplares e seu alto valor histórico.

### **Trajecória do livro raro no Brasil**

A raridade bibliográfica passou a ter importância no Brasil em meados da década de 30. Até os tempos atuais os bibliotecários não têm definido com clareza o que realmente seria uma obra rara, pois existem muitas características relevantes que devem ser estudadas para que se possa classificar com certeza o que é uma obra rara.

A caracterização de um livro raro somente pela sua antiguidade não é suficiente, pois tal conceito é bem mais abrangente. O livro por si só é um documento disseminador de informações, sejam elas de caráter científico, artístico ou cultural, precíval enquanto suporte, além de ser um elemento passível de tombamento como patrimônio histórico-cultural. O livro raro é aquele difícil de encontrar, invulgar, diferente do livro comum. A palavra ‘raro’ significa também algo valioso ou precioso; a partir dessa conceituação pode-se dizer que uma obra rara seria então qualquer publicação incomum, difícil de achar, e com um valor maior do que os

livros disponíveis no mercado, possuidor de características especiais quanto a sua forma e também quanto ao seu conteúdo.

Atualmente não existe uma política norteadora da área de raridade bibliográfica que padronize o tratamento necessário aos acervos raros. Cada instituição, particularmente, elabora seus próprios procedimentos e critérios, muitas vezes baseados em experiências de outras instituições.

Um livro começa sua carreira sendo “comum”; passa a ser “escasso”; torna-se “raro”, e acaba sendo “raríssimo”. Há, na escola, graduações e sutilezas que os livreiros usam nos anúncios. Há o livro “escasso e procurado”, o livro “raro com a folha de erratas” ou “com as capas da brochura”. Quanto aos adjetivos “raro” e “raríssimo”, há um verdadeiro abuso dos livreiros. Não lhe bastam mais essas expressões nesse nosso mundo de publicidade intensa. (MORAES, 1998, p.44)

Um livro não é valioso porque é antigo e, provavelmente raro. Existem milhões de livros antigos que nada valem porque não interessam a ninguém. Toda biblioteca pública está cheia de livros antigos, que, se fossem vendidos, não valeriam mais que o seu peso como papel velho. O valor de um livro nada tem a ver com sua idade. A procura é que o torna valioso. O que o torna procurado é ser desejado por muita gente, e o que faz desejado é um conjunto de fatores, de particularidades de cada obra.

O livro considerado raro no Brasil, é armazenado em salas e sub-salas, como cofres de preciosidades, de tal forma que dificilmente se tem acesso ao seu conteúdo. Justifica-se isso como sendo um sistema de defesa contra o “mau usuário”. Nessas condições os livros morrem como matéria orgânica, tem tempo de vida útil, morrem nas prateleiras, em caixotes etc. de bibliotecas seladas, viram fragmentos pela ação de agentes biológicos, da umidade, do tempo e do desuso.

A biblioteca de livros raros no Brasil é um lugar onde o livro está preso, onde só é permitido vê-lo, mas nunca tocá-lo. Ora, o livro raro não é só para ler, e sim para ser analisado como monumento e como documento, em suporte e informação.

### **Critérios para definição de obras raras**

Existem muitas características que levam um livro a ser considerado raro, mas devemos levar em consideração alguns aspectos que são de grande relevância, como por exemplo:

- o limite histórico: devemos, através da idade cronológica, levar em conta a aparição da imprensa nos diversos lugares do mundo, bem como os períodos que caracterizam a produção artesanal de impressos;

- os aspectos bibliológicos: observar os materiais utilizados na confecção do suporte na impressão, como o tipo de papel, emprego de pedras ou materiais preciosos na encadernação, ilustrações produzidas artesanalmente etc.;
- valor cultural: observar as publicações personalizadas, censuradas, expurgadas, as primeiras edições, publicações em pequenas tiragens etc.;
- pesquisa bibliográfica: utilizar dicionários e enciclopédias bibliográficas especializadas nesse tipo de publicação, onde apontam peculiaridades das obras, como preciosidade e raridade;
- características do exemplar: observar as particularidades de cada exemplar, como autógrafos e dedicatórias de pessoas importantes, como do próprio autor, marcas de propriedade, carimbos, entre outros.

A atribuição de critérios de raridade para criar uma distinção entre as obras valiosas ou raras e as demais se relaciona ao fato de que as obras raras merecem um tratamento diferenciado, baseados na dificuldade de se obter exemplares e também devido ao seu valor histórico.

Baseado nos critérios utilizados pela Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e também pelo Comitê Técnico de Obras Raras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que são os citados abaixo:

Primeiras impressões e impressões até 1720; edições de tiragens reduzidas, que geralmente são numeradas, assinadas ou rubricadas pelo autor ou editor e confeccionadas em papel especial; edições de luxo; livros confeccionados em material de qualidade superior: encadernações preciosas em couro, com aplicações ou detalhes em ouro, pedras preciosas, papel artesanal, acondicionadas em caixas decorativas, etc.; edições clandestinas, que são obras confeccionadas sem a devida autorização do autor ou do editor, o que é denominado pirataria editorial, ou ainda, no caso de obras dos séculos XV a XVI, obras impressas sem a autorização legal exigida; obras esgotadas; exemplares de coleções especiais; exemplares com anotações manuscritas de importância documental, incluindo dedicatórias. Que incluem livros autografados por autores reconhecidamente importantes para uma determinada área do conhecimento. Da mesma forma, exemplares com anotações manuscritas, incluindo dedicatórias e correções de punho do próprio autor; obras científicas de assuntos tratados à luz da época em que foram produzidas, datadas do período inicial da ascensão de determinada ciência; publicações impressas em circunstâncias especiais (período de guerra, por exemplo); livros anteriores a 1900; obras desaparecidas, face à contingência do tempo; edições populares, especialmente romances e folhetos literários (cordel, panfletos); edições de clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas; teses defendidas até o final do século XIX; periódicos estrangeiros dos séculos XV ao XIX e os primeiros periódicos brasileiros técnico-científicos.

## Análise e discussão dos resultados

Através dessa análise das obras foi possível perceber que as obras mais antigas encontradas na biblioteca são de 1770. Trata-se de uma coleção de nove volumes sobre direito canônico, publicadas em Lyon, na França, pela Editora Chez Jean-Marie Bruyset (FIG.1). A maioria destes volumes encontra-se num estado de conservação regular, com algumas deteriorações causadas principalmente por agentes biológicos, além de estarem bastante sujos e manchados.

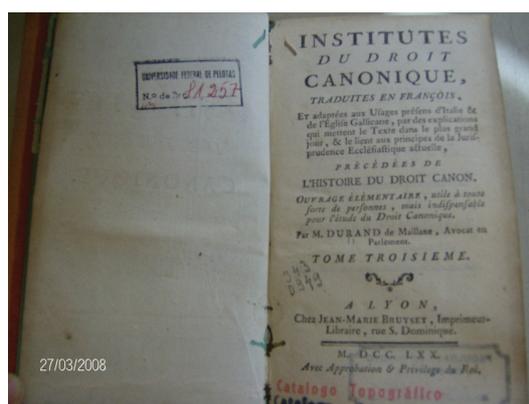
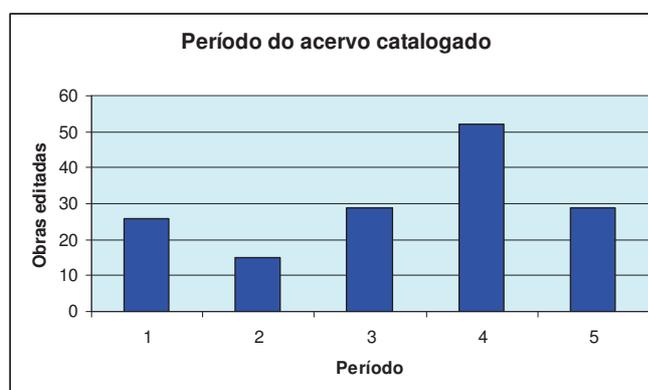


FIGURA 1 – Obra publicada em 1770, em Lyon, na França, tratando sobre direito canônico.

TABELA 1: Período do acervo catalogado

Período	Nº de obras
1770 – 1800	26
1801 – 1810	15
1811 – 1820	29
1821 – 1830	52
1831 – 1840	29

GRÁFICO 1: Período do acervo catalogado



Legenda:

1 - 1770 – 1800

2 - 1801 – 1810

3 - 1811 – 1820

4 - 1821 – 1830

5 - 1831 – 1840

Através do fichamento das obras podemos obter a informação de que a maioria delas foi publicada entre 1821 e 1830, conforme mostra o gráfico acima.

Já quanto ao idioma das obras estudadas, podemos perceber que as obras publicadas em francês totalizam o dobro das publicadas em português. Segundo Moraes (2006, p.22), “a língua francesa era universal no século XVIII e, em Portugal e no Brasil, seria a segunda língua de todo homem culto até meados do século XX”. Isso explica o motivo pelo qual, nas obras estudadas, existem mais obras em francês do que em português, já que a biblioteca estudada é situada no Brasil. Essa predominância de livros em francês demonstra a influência da cultura francesa entre os intelectuais brasileiros.

Quanto aos locais de publicação, podemos notar que a maioria das obras foram publicadas na França, principalmente em Paris. Depois aparece Portugal, com a maioria publicada em Lisboa, seguidos pela Bélgica e por último o Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. A maioria das obras publicadas em Portugal são da Imprensa Régia, sempre contendo a indicação “Com licença” (FIG.2). Algumas das outras obras também possuem essa descrição, e outras, como por exemplo, algumas publicadas em Lisboa pela Typographia Hollandiana, trazem a descrição “Com licença da Mesa do Desembargo do Paço”.

As publicações feitas por conta do autor traziam...a menção: “Com licença de S.A.R.”, ou simplesmente “Com licença”. A licença era dada depois do exame da obra pelos censores nomeados pelo governo. Mais tarde a censura passou para o Desembargador do Paço. Nesses casos os impressos traziam a menção “Com licença do Desembargo do Paço”. (MORAES, 2006, p.119)

Já para o estudo do estado de conservação das obras, foram definidas as características que se encaixam em cada um dos estados, denominados Ruim, Regular e Bom. As obras em estado ruim de conservação abrangem aquelas com folhas sujas, amareladas, com carimbos borrados, manchas de gordura, capa solta, algumas folhas soltas, muito deterioradas por agentes biológicos (traças e cupins), com alguns recortes e até mesmo com prejuízo de algumas palavras, devido a algum desses fatores anteriores. As de estado regular são obras com folhas sujas e amareladas, manchas de gordura, carimbos borrados, folhas amassadas e dobradas e com pouco sinal de deterioração causada por agentes biológicos. As obras em bom estado são

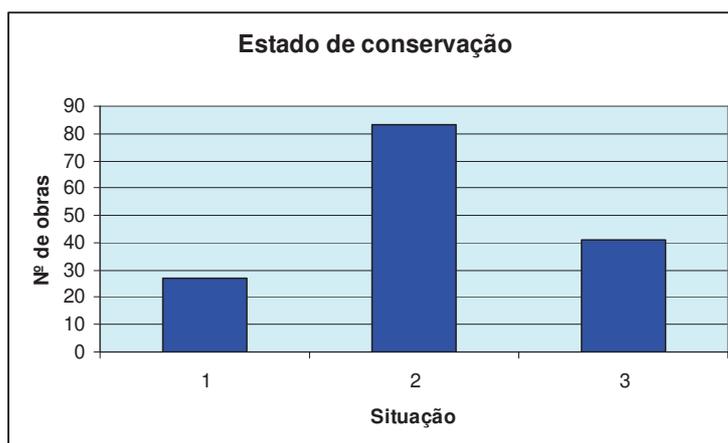
as que apresentam pouquíssimas deteriorações, como manchas e sujidades, mas nada em estado muito avançado.

TABELA 2  
Estado de conservação das obras

Estado de conservação	Número de obras
Ruim	27
Regular	83
Bom	41

Como podemos perceber na TAB.2, 55% das obras estudadas encontram-se em estado de conservação regular, 27% em bom estado e a minoria, apenas 18% em condições ruins de conservação.

GRÁFICO 2  
Estado de conservação das obras



Legenda:  
1 – Ruim  
2 – Regular  
3 – Bom

### Considerações finais

Quando abordamos patrimônio cultural, estamos tratando do conjunto de tudo que tem significação, aquilo que tem sentido social, não importando se esse patrimônio é algo materializado ou se são simplesmente manifestações da cultura que se apresentam através do cidadão comum. Esse patrimônio, que carrega consigo a história da civilização humana deve ter sua memória e identidade preservadas. Cabe a cada geração valorizar e aumentar esse

patrimônio, visto que a compreensão tardia de sua importância pode causar um processo de degradação e destruição física e social.

Muitos são os critérios para avaliar os livros e dizer se são raros ou não. Mesmo que estes critérios de raridade estejam baseados em um trabalho prático de avaliação do acervo, é necessário que os bibliotecários e outros profissionais da área estejam preparados para classificar o que realmente seria uma obra rara. Nas bibliotecas jurídicas essa tarefa é mais difícil de realizar, pois fica complicado decifrar o que seria uma obra jurídica rara devido a grande quantidade de obras publicadas nessa área.

No caso dessas bibliotecas jurídicas, a maior preocupação é em preservar as obras de grandes juristas, estudiosos das leis e as constituições, pois tais obras não são utilizadas apenas para julgar, mas para a busca de embasamento teórico e pensamento de juristas renomados.

O ideal é que toda biblioteca, seja ela jurídica ou não, tenha um espaço, uma estante ou até mesmo uma prateleira, para que a memória da humanidade possa ser conservada através dos livros. Para que haja essa adequação é preciso que as pessoas se conscientizem da importância de preservar e conservar esse material, através da elaboração de uma metodologia específica, com critérios de conservação.

Algumas atitudes a serem tomadas que podem ajudar são as seguintes: manter as instalações higienizadas, evitar estantes de madeiras, limpar as obras periodicamente, página por página, com um pincel macio, instalar equipamentos de ar condicionado, para estabilizar a temperatura, controlar a umidade do ar, e principalmente montar uma equipe técnica para monitorar e higienizar o acervo, além de orientar funcionários e alunos quanto ao manuseio desses materiais.

Este trabalho foi realizado com a intenção da realização de um catálogo de obras raras, pois através da literatura consultada podemos perceber os vários critérios de raridade, e também com isso podemos concluir que a melhor das metodologias adotadas para determinação da raridade bibliográfica é a desenvolvida pela própria instituição que guarda o acervo, utilizando para isso sua equipe de bibliotecários. O catálogo foi realizado parcialmente, mas existe a esperança de continuá-lo e até mesmo publicá-lo, para que a comunidade em geral possa ter acesso a esse valioso material.

Devemos nos acostumar com o patrimônio como presente, e não como memória daquilo que ficou como herança; isso talvez nos ajude a entender o presente e pensar no futuro olhando para a memória. A Educação Patrimonial contribui para que a comunidade conheça e reconheça o livro como parte integrante de seu patrimônio histórico-cultural. Através desse reconhecimento é que se permite a conservação e preservação do patrimônio bibliográfico

nacional, ao mesmo tempo em que contribui para a conscientização da importância das obras raras.

Daí a importância do livro como patrimônio cultural, pois ao fazer o registro de momentos, de seus pensamentos, o autor permite que futuramente os leitores possam, através da leitura desses registros, conhecer e reconhecer seu passado intelectual, construindo e reconstruindo suas memórias coletivas e individuais.

### **Referências**

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. 3.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1998.

\_\_\_\_\_. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos, 2006.

### **Autora**

#### **Aline Herbstrith Batista**

Graduada em Biblioteconomia pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), possui Pós-Graduação em Artes, especialista em Patrimônio Cultural: conservação de artefatos pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural. Foi professora substituta do Departamento de Biblioteconomia e História da FURG, onde ministrou as disciplinas de Normalização Bibliográfica e Controle de Vocabulário. Trabalhou no setor de Aquisição e na Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPEL. Possui experiência em bibliotecas públicas e universitárias. Na Unipampa foi bibliotecária do Campus Dom Pedrito e atualmente trabalha na Reitoria, Coordenação de Bibliotecas, no setor de aquisição, em Bagé/RS.